

NARRAÇÃO COMO META-GÊNERO

Cláudio Reichert do Nascimento

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Resumo: O objetivo do presente texto é caracterizar a narração como meta-gênero em Paul Ricoeur, buscando apontar de que modo o campo do *narrativo em geral* exprime sua função na organização dos acontecimentos, das ações, em uma história narrada. Expor a noção de meta-gênero requer que se considere a narração como possuidora de uma historicidade própria, decorrente de um princípio formal de composição da trama narrativa, derivada do *mythos* de Aristóteles. Ademais, se entende que existam certos modos de composição próprios à narração, que constituem uma tradição de modelos narrativos. Para isso, apresento uma caracterização da função narrativa e, em seguida, exponho a tese acerca da hermenêutica da narração. Por fim, dou indicações sobre o *locus* da função “meta” da narração na hermenêutica do si, no conjunto de uma unidade analógica da ação.

Palavras-chave: Paul Ricoeur; Hermenêutica; Narração; Meta-gênero

Abstract: The objective of this text is to characterize narrative as a meta-genre in Paul Ricoeur's work, aiming to point out how the *overall narrative* domain expresses its function in the organization of events, the actions in a narrated story. Exposing the notion of meta-genre requires to consider the narrative as having its own historicity, due to a formal principle of the narrative plot composition, derived from the *mythos* by Aristotle. In addition, it is understood that there are certain modes of composition specifically ascribed to narration, which constitute a tradition of narrative models. To do so, I present a characterization of the narrative function and further expose the thesis about the hermeneutics of narration. Finally, I indicate the *locus* of the “meta” function of narration in the hermeneutics of the self, on the whole of an analogic unit of action.

Keywords: Paul Ricoeur; Hermeneutics; Narration; Meta-genre

Introdução

Na década de 1970, Paul Ricoeur trabalhava sobre a relação entre a temporalidade e a narração, que viria a resultar, na década seguinte, em diversos artigos e nos três tomos de *Temps et récit*, e, posteriormente, em *Soi-même comme un autre*. A sua tese principal foi que o tempo torna-se tempo humano a medida em que é articulado pela narração e essa torna-se significativa, produz sentido, ao que passo que esboça os traços da experiência temporal humana. Na contracorrente da dicotomia entre os domínios da

narração de ficção e da narração historiográfica, Ricoeur (1979; 1980) defendeu a tese que afirmava um entrecruzamento delas. Essa tese não passou despercebida, ao ponto de Hayden White (1992, p.180) expressar, referindo-se à *Temps et récit*, que se tratava da “mais importante síntese de teoria literária e histórica produzida nesse século”.

Além disso, houve recensões e debates sobre as discussões sintetizadas em *Temps et récit*, como é o caso da resenha de David Carr (1983), o debate com Greimas, ocorrido em 1984, a mesa-redonda com Charles Taylor e David Carr¹ e a obra coletiva *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*, publicada em 1990. Ao final deste livro, na seção em que responde aos seus críticos, Ricoeur (p. 118) afirma que é no plano da compreensão de si que ele considera o entrecruzamento entre a narrativa literária e a narrativa historiográfica, na medida em que elas compõem campos de saber que são a pedra de toque da identidade narrativa.

A compreensão de si, enquanto a mediação do ser humano com ele próprio, é um problema filosófico que já está presente nas primeiras obras de Ricoeur². Essa evocação reflexiva da compreensão de si foi inicialmente associada à via longa da compreensão pelos símbolos, porém, mais tarde, passa a ser vinculada às noções de “vida examinada” e “função narrativa” (ver RICOEUR, 1986; 2008). Considero que as noções de “vida examinada” e “função narrativa” guardam uma relação de circularidade, sem que uma possa ser substituída pela outra. Algumas passagens nos textos de Ricoeur podem ser evocados para ratificar essa ideia e o artigo *La vie: un récit en quête de narrateur* sintetiza bem as suas teses. Em *Temps et récit I* (1983, p. 143), Ricoeur diz que “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas”. Já em *De l'interprétation*, da coletânea *Du texte à l'action*, ele afirma que “entre viver e narrar se abre um espaço, por mais ínfimo que seja. A vida é vivida, a história é relatada” (RICOEUR, 1986, p. 17), e, posteriormente, em *Soi-même comme un autre* (1990, p. 193), lê-se: “Que a função narrativa tenha implicações éticas, o enraizamento da narração literária no solo da narração oral, no plano da prefiguração da narração, dá já a entender”.

Diante disso, busca-se caracterizar a narração como meta-gênero, isto é, de que modo o campo do *narrativo em geral* exprime sua função na organização dos acontecimentos, das ações, em uma história narrada. Expor a noção de meta-gênero requer que se considere a narração como possuidora de uma

¹ A esse respeito, consultar WOOD, David. *On Ricoeur. Narrative and Interpretation*. London and New York: Routledge, 1991, p.160-187.

² Ver, por exemplo, *Existence et herméneutique*. In: RICOEUR, Paul. *Le conflit des interprétations*. Paris: Seuil, 1969.

historicidade própria, decorrente de um princípio formal de composição da trama narrativa, derivada do *mythos* de Aristóteles. Mesmo que o princípio formal da composição da trama, os gêneros e os tipos tenham passado por inovações com o tempo, o único aspecto formal que necessita ser preservado do *mythos* “é o critério de unidade e de completude” (RICOEUR, 1984, p.41), pois é a isso que Ricoeur vai se ater para fundar e sustentar a função narrativa.

A questão de fundo tange às condições requeridas para que o campo da teoria da narratividade, alcance o grau de generalidade que se exige ao se propor o “meta-gênero do narrativo” (RICOEUR, 1992, p.472-473). Enquanto meta-gênero, a narração possui uma função na articulação das ações e da vida com a história narrada e tal função está vinculada a um tipo de saber, que diz respeito à capacidade humana de seguir, de acompanhar uma história narrada, tomando por base as experiências vividas e as ações praticadas.

Ao falar em meta-gênero, entende-se que existem certos modos de narrar, que constituem uma tradição de modelos narrativos, que ao longo do tempo foram se sedimentando, por exemplo, em gêneros, como a epopeia, a tragédia e a comédia, e tipos como a tragédia grega, o romance de formação (RICOEUR, 1984). Junto a isso, defende-se que esses modelos narrativos compõem uma inteligência *narrativa*, isto é, uma capacidade em nível da narração, a partir da qual está em jogo uma *inteligência* narrativa, que é regrada por aqueles modelos (RICOEUR, 1992).

A elaboração da narração como meta-gênero apenas será cunhada nesses termos na década posterior à publicação de *Temps et récit*, em um artigo chamado *Une reprise de la poétique d'Aristote*³. Antes dessa formulação, as ideias que prevalecem são que (i) a narração tem por função articular e esclarecer a experiência temporal humana, e (ii) que a narração forma e é formada por uma cultura da composição da trama narrativa que levou à elaboração de gêneros e tipos literários. Abaixo, apresento uma caracterização da função narrativa e, logo em seguida as três condições da hermenêutica da narração requeridas na consecução do meta-gênero, passando pelo caráter epistemológico do meta-gênero. Por fim, aponto o *locus* da função “meta” da narração na hermenêutica do si, no conjunto da unidade analógica da ação.

1. A função narrativa

Em *De l'interprétation*, Ricoeur afirma explicitamente que o hiato entre vida e narração tem a ver com o problema da função narrativa. Nesse mesmo

³ O texto foi originalmente publicado in CASSIN, Barbara. (Org.). Nos grecs et leurs modernes: les stratégies contemporaines d'appropriation de l'antiquité. Paris: Gallimard, 1992, p.303-320. No mesmo ano, foi republicado em RICOEUR, Paul. *Lectures 2. La contrée des philosophes*.

artigo, sintetiza a função narrativa em três preocupações principais. A primeira, concerne à preservação da amplitude, da diversidade e a irredutibilidade dos usos da linguagem, tal como o autor desenvolvera em sua obra sobre Freud, em torno ao conceito de símbolo. A segunda remete à reunião das formas e modos dispersos do jogo de narrar, visto que ao longo do desenvolvimento das culturas, das quais somos herdeiros, o ato de narrar foi ramificando-se em gêneros literários cada vez mais específicos, dando origem a determinados tipos.

Essa especificidade serve justamente como exemplo da mudança transcultural, que Ricoeur aponta em *Temps et récit I e II* e é objeto de uma inovação semântica, atribuída à função do *mythos*, da composição da trama narrativa (*mise en intrigue*). Segundo Ricoeur, a fragmentação é uma consequência das ramificações dos gêneros literários ao longo dos anos, no seio das culturas das quais fazem parte, porém, apesar da aparente heterogeneidade das obras consideradas como “narrativas”, é possível reconhecer a identidade do *ato de narrar* (RICOEUR, 1982; 1983). Esta formulação, na percepção de Ricoeur, coloca um problema central aos filósofos por causa da dicotomia que estabelece a divisão no campo narrativo e que opõe, por um lado, as narrações (*les récits*) que têm uma pretensão de verdade, comparável aos discursos descritivos da ciência, e, por outro, as narrações de ficção, como a epopeia, o drama, o conto, a novela, o cinema, a pintura, entre outros. Na tentativa de responder ao problema, o autor levanta a hipótese de que exista uma unidade funcional entre os múltiplos gêneros e tipos narrativos, que desembocará justamente na ideia de meta-gênero narrativo. Como é sabido, a sua hipótese básica, posta à prova em *Temps et récit*, é que a experiência humana sobre o tempo é marcada, articulada e esclarecida no ato de narrar.

A terceira preocupação trata da relação entre a problemática da temporalidade e da narratividade no concernente à capacidade de seleção e de organização da linguagem, quando ela se configura em unidades de discurso mais longas do que a frase, como é o caso dos textos. Ricoeur entende que se de fato a narratividade marca, articula e esclarece a experiência humana do tempo, é preciso buscar no uso da linguagem um critério ou padrão de medida capaz de satisfazer a necessidade de delimitar, ordenar e explicitar tal experiência. O texto constitui então o caráter normativo ou regrado encontrado no uso da linguagem enquanto unidade linguística que extrapola a frase como unidade de significado (ou instância de discurso) e, por outro lado, como princípio de organização transfrástico, do qual se beneficia o ato de narrar em suas diferentes formas.

Na esteira do problema levantando acima, o gesto filosófico exercido por Ricoeur é aproximar a noção de texto – como unidade maior do que a frase e como princípio de organização transfrástico – com a *poética*, entendida como uma disciplina que trata das regras de composição, que se acresce à instância do discurso para dar lugar ao texto, ao qual se considera como discurso narrado. Em suma, tanto a noção de texto quanto a composição da trama narrativa apresentam um caráter normativo ou regrado.

2. Hermenêutica da narração

Conforme afirma Guillaume Artous-Bouvet (2006), o discurso filosófico de *Temps et récit* exibe a forma clássica do círculo hermenêutico, depois especialmente de Gadamer, ao tomar o círculo da compreensão não como um círculo metódico, mas enquanto elemento estrutural ontológico da compreensão. Para que o círculo entre temporalidade e narratividade não seja taxado de vicioso – na medida em que a narração permite conhecer algo sobre a experiência do tempo e que ela alcança sua significação plena ao ser uma condição da existência do tempo *pelo e para* o ser humano –, Ricoeur (1983, p. 108) assume como premissa que, por maior que seja, “a força da inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da trama narrativa está enraizada em uma pré-compreensão do mundo da ação”. Ele defende, então, a existência de um pré-compreendido, referente às mediações simbólicas, ao simbolismo imanente, que possibilitam que as ações sejam “mimadas”, ou seja, recebam uma significação articulada pelo ato de imitar (*mimese*).

Ricoeur retoma de Aristóteles a ideia da narração (*le récit*) como estruturação e agenciamento das ações praticadas de modo a constituir uma história narrada. Em outros termos, o que ele faz é alçar a atividade de configuração⁴ – isto é, a composição da trama narrativa – ao posto de meta-gênero. Compreender a narração como meta-gênero significa dizer que há uma inteligência própria da narração – uma inteligência *narrativa* – e que ela é regrada por um modo de operar que apresenta especificidades da narração, por isso, afirmar-se-ia que há uma *inteligência* narrativa. No que concerne à noção de meta-gênero, a inteligência narrativa é uma capacidade de seguir, de acompanhar o que é tramado na história narrada e potencialmente julgar os meios e as finalidades das ações que são praticadas pelas personagens da narração.

⁴ Convém destacar que a retomada do chamado ternário aristotélico – *mimesis*, *mythos* e *katharsis* – é interpretado a partir da mesma estrutura que compõe a tríplice *mimesis*.

Ao refletir sobre a retomada que faz de Aristóteles para tratar da experiência temporal humana, Ricoeur apresenta as três condições necessárias para a generalidade da narração como “meta-gênero”, a saber: (i) a vinculação do problema da narratividade ao da temporalidade, (ii) a formação do conceito de ficção e (iii) a atividade configurante considerada enquanto inteligência narrativa. Estas proposições, como o leitor irá reconhecer, estão presentes já em muitos textos do filósofo anteriores à *Une reprise de la Poétique d’Aristote*. Passemos a cada um destes tópicos.

(i) a vinculação do problema da narratividade ao da temporalidade

A hipótese de base, fio condutor da primeira parte de *Temps et récit*, expressa que “existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural.” (RICOEUR, 1983, p. 105) Este enunciado, elaborado notoriamente por Ricoeur, tem a pretensão de ser uma tese hermenêutica sobre a narração quando ele assume os riscos de vincular as problemáticas do tempo e da narração, partindo de Agostinho e Aristóteles, para se construir a correlação primordial entre narratividade e temporalidade. A conexão é articulada por uma relação circular (hermenêutica), segundo a qual, “o tempo se torna tempo humano na medida em que ele é articulado sobre um modo narrativo, e que a narração alcança sua plena significação quando ela se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 1983, p.105. Tradução nossa).

Ricoeur assevera que a tarefa que se apresenta é mostrar como a atividade narrativa responde e corresponde aos paradoxos do tempo, que são, em suma, em Agostinho, o problema do ser e do não ser do tempo e dos três modos do presente. Ele entende que o problema da temporalidade em Agostinho é pensar onde, como e o que se mede na experiência sobre a passagem do tempo. Que tipo de operação poderia conferir certa unidade, coesão, à essa experiência de uma constante distensão da alma? E como esse tempo distendido, que deixa na memória a imagem-vestígio da imagem-sinal, ao preço de uma diminuição do futuro e de um aumento do passado, pode ser trabalhado enquanto aporia por uma poética da narratividade? Como sabemos, para colocar em jogo o paradoxo, Ricoeur acredita que a resposta filosófica viável é defender a estrutura da narratividade baseada no *mythos* de Aristóteles, na célula melódica *mimesis-mythos*.

Ricoeur expande a célula melódica para o âmbito da dimensão cronológica – isto é, a dimensão episódica, uma vez que a história é “feita de...” acontecimentos – e não-cronológica, que é “a dimensão da configuração, graças a qual a intriga constrói totalidades significantes a partir de

acontecimentos isolados.” (RICOEUR, 1982, p.7). Assim, o acontecimento é transfigurado em história. Ricoeur assimila o conceito aristotélico de *mythos*, a partir da tradução, em língua francesa, por “fábula” (*fable*) e “história” (*intrigue / histoire bien construite*) (RICOEUR, 1983; 2008). Com o termo “fábula”, temos o processo de fabulação, ficcionalização, que nele mesmo é articulado e aclarado em uma história bem construída. A aproximação entre “fabulação” e “história bem construída” exprime a ideia de que a composição narrativa configura uma experiência humana do tempo.

(ii) a formação do conceito de ficção

Ao defender o caráter “correlacional” entre temporalidade e narratividade, Ricoeur instaura um espaço da fabulação, um espaço ficcional necessário ao espaço da narração. Entretanto, o espaço ficcional não é suficiente para a operação de composição da trama, pois demanda o exercício da imaginação produtiva, que opera na relação com a lógica dos possíveis narrativos. A passagem, a seguir, de *Une reprise de la Poétique d’Aristote* torna isso evidente:

Era preciso abrir o duplo espaço do narrativo e do fictício para formar o projeto de um acoplamento entre narratividade e temporalidade, que fizesse do narrativo o guardião do tempo, e da ficção o instrumento de exploração sobre o modo do como se dos modos de temporalização que escapam à linearidade do tempo cronológico e do qual a ficção se liberta mais facilmente que a historiografia (RICOEUR, 1992, p.475. Tradução minha).

Vale ressaltar que um dos significados de “ficção” designa a composição ou configuração da narração (*récit*), que se equivale ao “agenciamento dos fatos” (*mythos*), na acepção aristotélica (RICOEUR, 1983, p.126). A função da ficção, como se percebe na passagem acima, é ser um “instrumento de exploração” dos modos de temporalização que extrapolam a sequencialização de acontecimentos: isto, depois daquilo, e aquilo outro...

A composição ou configuração da narração tem a função de mediação entre uma multiplicidade de acontecimentos ou incidentes individuais e uma história tomada como um todo, ou seja, tanto uma história sensata, no sentido de bem construída, pode ser a ordenação *de* uma diversidade de acontecimentos, quanto esses podem ser transformados *em* uma história. No entanto, o acontecimento tem de ser mais que uma ocorrência singular, para qual não há diferença entre a natureza e a esfera humana da ação. Ricoeur defende a existência de um paradoxo interno à própria composição da trama narrativa, pois, embora afirme o princípio de concordância, que faz a história

narrada avançar, requer os incidentes dignos de piedade e temor, ou seja, as reviravoltas de fortuna que caracterizam a discordância.

(iii) a atividade configurante considerada enquanto inteligência narrativa

O paradoxo da concordância/discordância ocupa um espaço fictício – ou até mesmo ficcional para falar de acordo com Jean-Luc Almaric (2016) –, no qual a operação de composição pela narração parece romper com a referencialidade ao mundo real. Considero que o acontecimento é o elemento comum do paradoxo, pois, tanto a concordância, quanto a discordância são acontecimentos, a sua diferença estaria, portanto, na função que esse ocupa na composição da trama narrativa, ou seja, como acontecimento concordante ou discordante.

A importância dessa distinção está na noção de “sentido” ou “fazer sentido”, que é o crivo da inteligência narrativa, no juízo de decidir se o acontecimento é uma simples ocorrência ou porventura ele se agrega ao sentido narrativo que é dado pela história narrada. Com isso, pode-se entender a razão pela qual se preserva a distinção entre a vida, que é vivida, e a história, que é relatada, indo de encontro às teses defendidas por Carr (Ver MICHEL, 2003). Como aponta Bruce Bégout (2006), Ricoeur presume que há uma pré-compreensão do sentido, que se exprime no caráter pré-figurado do mundo, ou seja, da *Mimesis I*, porém é a função narrativa, expressa na compreensão narrativa, que configura o acontecimento como “tendo o sentido de...” ou “valendo como...” e não como simples ocorrência. Em outras palavras, o que faz com que um acontecimento não seja uma ocorrência qualquer é a contribuição que ele dá para o desenvolvimento da história narrada (*L'histoire racontée*) (RICOEUR, 1983, p.127).

Ao assumir a tese de uma relação de circularidade hermenêutica, Ricoeur é compelido a replicar a suspeita de círculo vicioso. A eficácia dela é posta à prova na capacidade que a narração tem de lidar com a “síntese do heterogêneo”, que justamente procura vincular acontecimentos configurados pela narração, como sendo elementos discordantes e concordantes. A síntese do heterogêneo exprime o formalismo próprio à inteligência narrativa, o qual é mantido ao se preservar o paradoxo da concordância/discordância. Entretanto, a relação entre concordância/discordância estaria face, então, a duas alternativas excludentes que colocam o paradoxo em risco.

A primeira delas expressa que a narração traria a concordância onde há somente discordância, dando forma ao que é informe, isto é, a narração daria organização, configuração, à experiência humana do tempo vivido presumivelmente desordenada, até mesmo incompreensível. A composição da

trama narrativa seria suspeita de trapaça e violência, uma vez que o “como se” próprio à toda ficção seria um artifício literário contra a desordem advinda da discordância. Ricoeur alerta para que não se empregue de modo unilateral a concordância, colocando-a apenas do lado da narração, e a discordância apenas do lado da temporalidade, para que não se perca o caráter dialético da relação. A concordância também poderia estar sob a suspeita de falsificação dos acontecimentos vividos, uma vez que imporia um princípio de ordenação, onde não haveria conexão entre os acontecimentos, ou poderia se tratar de ocorrências sem importância para a totalidade da história narrada, isto é, contingentes⁵.

A segunda alternativa manifesta o risco da redundância da interpretação, no coração da circularidade, pois estaria ligada à consideração de que a experiência humana é sempre mediada pelos sistemas simbólicos e pelas narrativas. A questão que se tem de enfrentar é assumir o caráter incoativo da narratividade, como se houvesse histórias já configuradas, antes mesmo que elas fossem contadas por alguém, assim, se diz que há uma “pré-história” das histórias ainda não contadas. Dessa maneira, a composição da trama narrativa seria a redundância da narração sobre a experiência da temporalidade. Dito de outro modo, a narrativa que é tramada a partir dos acontecimentos apenas reafirma o poder da narração, por isso a redundância. Ricoeur diz que a suspeita ou violência interpretativa, na qual um princípio de ordem se imporia, e a redundância da interpretação são excludentes. Uma expressa que a experiência temporal, sem forma, sem sentido, adquire sentido na consecução do ato de narração, já a outra expressa que a narrativa tramada ou a história narrada manifestam que a experiência é pré-simbólica e não “escapa” do espaço da narração.

3. O estatuto epistemológico da narração como meta-gênero

A atividade configurante ou de composição da trama narrativa faz do *mythos* aristotélico o modelo narratológico assumido por Ricoeur (MICHEL, 2003). Ao responder a indagação de Barbara Cassin sobre quais são os objetos novos produzidos ao retomar o modelo aristotélico, Ricoeur (1992, p. 476) afirma que “o objeto novo, é o narrativo (*le narratif*)⁶, ignorado por Aristóteles

⁵ Em seu artigo *De la différence entre historiographie et littérature*, Bubner (1990) critica sobre o modo como Ricoeur interpretou o conceito de peripécia (*coup de théâtre*), identificando-o à contingência e flexibilizando a função poética na tragédia, ao lado do conceito de reconhecimento.

⁶ O leitor deve ter percebido que, ao longo do texto, eu insisti por diversas vezes em tratar o “narrativo” (*le narratif*) como “narração” (*le récit*), objetivando salvaguardar a ideia de que a atividade configurante ou de composição da trama narrativa (*mise en intrigue*) é uma atividade própria do ato de narrar, que tem de ser distinguida das *intrigas narrativas*, enquanto formas empíricas decorrentes daquela arte de

como uma instância superior ao *mythos* trágico, então o narrativo em sua dupla dimensão de ficcionalidade e de potência temporalisante.” A partir disso, traz-se à luz ou dá-se a conhecer “um modo de inteligibilidade – a inteligibilidade narrativa – que, na visão que eu [Ricoeur] tenho da racionalidade como dispersa em arquipélagos de significado, rege uma esfera própria do compreender enquanto ‘tomar em conjunto’ (*prendre ensemble*) ocorrências temporais.” (RICOEUR, 1992, p.476). Do ponto de vista ontológico, a finalidade da narração como meta-gênero é expressar o tempo humano por meio do narrar, o que vai ao encontro do círculo hermenêutico enquanto elemento estrutural da compreensão, conforme dito acima.

Dessa maneira, em *Contingence et rationalité dans le récit*, se busca conferir à narração um “lugar na escala do saber”. A inteligência narrativa é o “saber” próprio da arte de narrar, que tem a virtude de “ensinar” a seguir uma história, como uma forma muito elaborada de compreensão, que é a *compreensão narrativa* (RICOEUR, 1986, p.17-25; 1986a, p.18-20; GALLIE, 2016). Além disso, a inteligência narrativa “está muito mais próxima da sabedoria prática ou do julgamento moral que da ciência e, mais geralmente, do uso teórico da razão” (RICOEUR, 1986a, p.19), porque através dela tomamos conhecimento dos aspectos universais da condição humana. A aprendizagem desse tipo de universal – distinto do pensamento lógico e teórico – decorre do conhecimento por familiaridade, advindo dos modos de composição da trama narrativa (*mise en intrigue*), provenientes de nossa cultura, donde aprendemos a relacionar determinados padrões de excelência com a felicidade ou a infelicidade, por isso é que convém chama-la de uma inteligência *phronética*, ao contrário de inteligência *teorética* (RICOEUR, 1986a; 2008). Em suma, a inteligência narrativa preservaria uma espécie de “precedência” a toda a racionalidade, tanto narratológica (semiótica narrativa), como historiográfica, enquanto discurso de 2ª ordem (Ver: RICOEUR, 1984, p.56ss; 1986a; ROCHLITZ, 1990, p.142ss).

Ao perguntar-se pelo estatuto epistemológico do meta-gênero narrativo, a questão é saber se ele é uma categoria “invariante”. Quer dizer, haveria um processo de estruturação que não estaria sujeito a conformação dos gêneros e dos tipos literários ao longo da tradição cultural, que constituem os paradigmas? Por um lado, se há um “invariante”, as mudanças possíveis na

composição. Ver: RICOEUR, 1992, p.473, “*le méta-genre du narratif*”, e p.477, “*des formes empiriques assumées par le récit*” (itálico nosso); RICOEUR, 1986a, p.18: “Je parle volontiers de l’intelligibilité du récit, pour exprimer la compréhension que nous avons des *intrigues narratives*, sous une forme rudimentaire dans la vie quotidienne et, sur un mode plus élaboré et plus raffiné, au plan de la littérature” (Itálico nosso). Assim, defendo que o título da própria trilogia de Ricoeur deve ser lido como “Tempo e narração”, ao invés de “Tempo e narrativa”.

estrutura do ato de narrar seriam a expressão das “variações imaginativas” como “experiências fictícias sobre o tempo” (RICOEUR, 1985, p. 229). Por outro, as obras narrativas, os gêneros e os tipos teriam gerado figuras culturais que conformaram a narração como um meta-gênero, que é o fio condutor da inteligência narrativa. Assim, tais figuras culturais teriam formado uma série, ou se quisermos, um modelo narratológico, que exclui todo “invariante”. Ricoeur diz que ambas posições têm bons argumentos, no entanto, ele se mostra claramente partidário do modelo narrativo que recupera elementos do *mythos* poético, ainda que se pergunte pelos limites do modelo aristotélico.

Ricoeur vale-se do conceito de tipo-ideal de Weber para expor de que modo o meta-gênero do narrativo é um “modelo forte” que serve de guia “à investigação, à descrição e à união de realizações históricas díspares, as quais nenhuma saturaria o tipo-ideal” (RICOEUR, 1992, p.477). A ideia diretriz representada pela narração como meta-gênero revela que ela é objetivamente um modo de inteligibilidade de caráter transtemporal, permitindo que possamos reconhecer como sendo *narrativas* formas literárias que apresentam diferenças de gêneros, de tipos, de modos, como é o caso do conto de fadas e do romance de formação.

No que concerne à estruturação narrativa, a narração como meta-gênero está relacionada com os paradigmas, com as figuras culturais, que conformam uma série de gêneros narrativos. Dessa maneira, embora a narração como meta-gênero faça parte da própria tradição que ela integra, ela seria transcultural, sem com isso negar o caráter de uma tradição cultural ou histórica da própria estruturação. Ricoeur fala que a síntese do heterogêneo (primeira condição), a ficcionalidade (segunda condição) e a temporalização (terceira condição) são condições *quasi-transcendental*, no que tange às “formas empíricas assumidas pela narração” (RICOEUR, 1992, p.477); E defende então que a ideia de estruturação⁷, ao invés de estrutura, é muito mais profícua, pois não se deve limitar a alcançar à racionalidade narrativa, mas sim desenvolver a estruturação que põe em jogo a ficcionalização e a ordenação, seguindo os modos de narrar legados pela tradição. Contudo, Ricoeur estava ciente dos limites e das dificuldades da narração como meta-gênero, pois, uma vez que é assumida como transcultural, os seus aspectos de universalidade e de exemplaridade (histórica) estão sujeito às inovações que podem representar antiparadigmas frente à estruturação narrativa sedimentada pela tradição.

4. Algumas considerações: a narração como função “meta”

⁷ Ricoeur chega também a empregar o termo “operação”, ao considerar que o *mythos* possui “uma inteligibilidade de um gênero particular” (1986a, p.12).

Agora, quero retomar a questão da vida examinada, que ficou em suspenso ao longo do texto. Faz mais de trinta anos que se iniciou um debate sobre a relação entre a identidade pessoal e a perspectiva narrativa, envolvendo filósofos, historiadores e psicólogos⁸. Ricoeur (2008) defende que se há um suposto abismo entre a ficção, relacionada à composição da trama narrativa, e a vida, este pode ser atravessado por meio de “uma séria revisão” do paradoxo entre vida e ficção/narração. Na visão de Ricoeur, a vida, para além do caráter biológico do ser/estar na existência, necessita da ficção para se tornar uma vida humana, isso porque ele defende que a vida se expressa na ação e requer ser interpretada. É no ato de interpretação que a ficção vem ao auxílio da compreensão das intenções, das circunstâncias, das estratégias, que envolvem as ações praticadas. Assim, “a compreensão consiste na produção de um esquema imaginativo distinto do próprio curso da ação” (RICOEUR, 1992, p.440; 2008, p.268). O ato de interpretação da ação, presumivelmente, sensata – isto é, simbolicamente mediatizada – realiza uma reconstrução compreensiva, ao modo de um modelo prático, no mais das vezes “adequado aos acontecimentos narrados, mas de todo modo distinto desses” (RICOEUR, 1992, p.440)⁹.

Parece-me cabível defender que a narração como meta-gênero exerce uma função “meta” com respeito à hermenêutica do si, enquanto “vida examinada”, configurando não só a dimensão da experiência temporal humana, mas também, como as ações realizadas no tempo, são vistas como ações louváveis ou reprováveis, no interior de uma história narrativa de vida, relacionada à avaliação ética. Os elementos dessa problemática encontram-se em *Soi-même comme un autre*, em dois artigos: um chamado *De la métaphysique à la morale* (1993), que faz a alusão ao título da revista *De Métaphysique et de morale*, no marco de seu centenário, e *Discours, métaphysique et herménentique du soi* (1998).

Em ambos Ricoeur faz um balanço do desdobramento recente de sua obra e fala na função “meta” ao explorar os quatro modos da unidade analógica da ação, quais sejam, agir, fazer, narrar e ser imputado, que são “o primeiro *analogon* da série de figuras do agir” (1998, p.754). Em síntese, no que tange ao nível narrativo, ele diz que as experiências de pensamento fazem da ficção um laboratório extraordinário para pôr à prova a solidez do par que formam em conjunto na vida cotidiana as duas modalidades da identidade pessoal, a mesmidade e a ipseidade. Com isso, quero dizer que os demais

⁸ Louis Mink, Charles Taylor, Alasdair MacIntyre, David Carr, Jerome Bruner e, mais recentemente, Marya Schechtman e Galen Strawson, figuram entre os autores e autoras que discutiram e têm discutido essa questão.

⁹ Ver PORÉE, 2013, p.41-43, sobre os limites da narração.

termos da série necessitam do recurso da narração na articulação entre o caráter descritivo e prescritivo e a identidade da personagem na unidade narrativa de uma vida (RICOEUR, 1990; FERRY, 1991; 1999). A identidade da personagem representa uma inflexão no pensamento de Ricoeur, uma vez que a *ação simbolicamente mediada* pela função da narração como meta-gênero passa ao primeiro plano como *ação praticada pelo si (soi)*.

A meu juízo, cabe investigar se a narração como meta-gênero desempenharia uma função, “especial” na unidade analógica da ação, como aquela que, não só busca a unidade narrativa, mas também apresenta uma matriz normativa para a ação. E qual o espaço ocupado pela função “meta” da narração na relação entre a iniciativa, o engajamento responsável na configuração da história narrativa de vida. Eis alguns questionamentos que servirão de guia para estudo futuro.

Referências

- ARTOUS-BOUVET, Guillaume. “Ricoeur et la littérature: une critique de la raison narrative”. In: *Rue Descartes. Revue du Collège International de Philosophie*, Hors série, p. 60-72, 2006.
- AMALRIC, Jean-Luc. “Símbolo, metáfora e narrativa: o estatuto do ficcional em Ricoeur”. In: WU, Roberto; REICHERT DO NASCIMENTO, Cláudio. *Paul Ricoeur – vida e narração*. Porto Alegre: Clarinete Editora, 2016. p. 131-167.
- BÉGOUT, Bruce. “L’héritier hérétique. Ricoeur et la phénoménologie”. In: *Esprit*, n. 3, p. 195-209, mars/avril, 2006.
- BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Dir.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990.
- BUBNER, Rüdiger. “De la différence entre historiographie et littérature”. In: BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Dir.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990. p. 39-55.
- CARR, David. Temps et récit (Review Essay). In: *History and Theory*, n. 23, p.357-370, 1984.
- _____; TAYLOR, Charles; RICOEUR, Paul. “Discussion. Ricoeur on narrative”. In: WOOD, David. *On Ricoeur. Narrative and Interpretation*. London and New York: Routledge, 1991. p. 160-187.
- FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l’expérience*. Essai sur l’identité contemporaine. Tome I. Le sujet et le verbe. Paris: Cerf, 1991.

_____. “Narration, interprétation, argumentation, reconstruction. Les registres du discours et la normativité du monde social”. In: RENAULT, Alain (Ed.). *Histoire de la philosophie politique*. Paris: Calmann-Lévy, 1999. p. 231-288.

GALLIE, Walter B. “Narrativa e compreensão histórica”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História & Narrativa*. A ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 137-151.

GREIMAS, Algirdas Julien; RICOEUR, Paul. “On narrativity”. In: *New Literary History*, v. 20, n. 3, Spring, p. 551- 562, 1989.

MICHEL, Johann. “Narrativité, narration, narratologie: du concept Ricoeurien d’identité narrative aux sciences sociales”. In: *Revue européenne des sciences sociales*, Tome XLI, n. 125, p. 125-142, 2003.

PORÉE, Jérôme. “Les limites du récit”. In: *Etudes Ricoeuriennes/ Ricoeur Studies*, v. 4, n. 2, p. 38-49, 2013.

RICOEUR, Paul. *Le conflit des interprétations*. Paris: Seuil, 1969.

_____. “La fonction narrative”. In: *Etudes Théologiques et Religieuses*, 54e année, n. 2, p. 209-230, 1979.

_____. “Pour une théorie du discours narratif”. In: TIFFENAU, Dorian (Dir.). *La narrativité* (Phénoménologie et herméneutique). Paris: CNRS, 1980, p. 1-68.

_____. “Entre temps et récit: concorde/discorde”. In: *Cahier du Groupe de Recherches sur la philosophie et le langage de l’Université Grenoble*. Paris: Vrin, p. 3-14, 1982.

_____. *Temps et récit*. Tome 1. Paris: Seuil, 1983.

_____. *Temps et récit*. Tome 2. Paris: Seuil, 1984.

_____. *Temps et récit*. Tome 3. Paris: Seuil, 1985.

_____. “De l’interprétation”. In: _____. *Du texte à l’action*. Paris: Seuil, 1986. p.15-39.

_____. “Contingence et rationalité dans le récit”. In: *Studien zur neueren französischen Phänomenologie. Ricoeur, Foucault, Derrida*. Phänomenologische Forschungen, 18. E. W. Orth (Ed.), Freiburg-München, Karl Alber, p. 11-29, 1986a.

_____. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

_____. “Entre herméneutique et sémiotique”. In: _____. *Lectures 2*. Paris: Seuil, 1992. p. 433-450.

_____. “Une reprise de la *Poétique* d’Aristote”. In: _____. *Lectures 2*. Paris: Seuil, 1992 [1999]. p. 466-480.

_____. De la métaphysique à la morale. In: *Revue de métaphysique et de morale*, 98e année, n. 4, p. 455-477, 1993.

_____. “Discours, métaphysique et herméneutique du soi”. In: VILLAVERDE, Marcelino Agís. *Horizontes de la Hermenéutica: actas [de los] Encuentros Internacionais de Filosofia no Camiño de Santiago / Encuentros Internacionales de Filosofía en el Camino de Santiago (1993-1995)*. Universidade de Santiago de Compostela, 1998. p. 749-762.

_____. “La vie: un récit en quête de narrateur”. In: _____. *Écrits et conférences I. Autour de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 2008. p. 257-276.

ROCHLITZ, Rainer. “Proposition de sens et tradition: l’innovation sémantique selon Paul Ricoeur”. In: BOUCHINDHOMME, Christian; _____. (Dir.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990. p. 139-161.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma. Narrativa, discurso e representação histórica*. Barcelona, Buenos Aires e Mexico: Paidós, 1992.